

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 01/2026

A **Maranhão Parcerias – MAPA** por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação – CPL/MAPA e de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 08/2026 de 09 de janeiro de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016 e suas alterações posteriores, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA – RILC/MAPA e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará licitação na modalidade **LICITAÇÃO ELETRÔNICA** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO CERTAME

Órgão Solicitante:	MARANHÃO PARCERIAS – MAPA
Objeto:	Contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, Controle eletrônico de frequência, contábil, fiscal e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias.
Endereço Eletrônico:	www.licitacoes-e.com.br
Licitação ID N.º	1086947
Acolhimento das Propostas:	30/01/2026
Abertura das Propostas:	26/02/2026
Disputa:	26/02/2026 às 14:30min
Valor Total:	O valor estimado será SIGILOSO , sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
Prazo para envio da proposta/documentação:	04 (quatro) Horas
Pregoeiro:	Marcus Vinicius Costa de Mendonca
Referência de Tempo:	Horário de Brasília –DF. OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útilsubsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.
Critério de Julgamento:	MENOR PREÇO POR ITEM
Pregoeiro:	Marcus Vinicius Costa de Mendonça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, Controle eletrônico de frequência, contábil, fiscal e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias.

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 A MAPA se reserva ao direito de **NÃO DIVULGAR O VALOR ESTIMADO** da presente licitação, em consonância com o art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

2.2 Os licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

2.3 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.

2.4 Havendo divergências entre as especificações do Termo de Referência e as especificações do Sistema Licitações-e do Banco do Brasil, prevalecerá as especificações do Termo de Referências.

2.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

2.6 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e dos documentos de habilitação.

2.7 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

2.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na MAPA.

2.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

2.10 Os licitantes que desejarem obter cópia integral dos autos, bem como vistas, deverão solicitar pessoalmente, junto ao protocolo da MAPA, ou eletronicamente, através do e-mail: cpl@mapa.ma.gov.br.

2.11 Ao pregoeiro compete auxiliar-se de apoio do setor técnico responsável para:

- a) Responder às impugnações formuladas e aos pedidos de esclarecimentos recebidos;
- b) Dirimir dúvidas acerca dos documentos de habilitação enviadas pelos licitantes;
- c) Elaboração dos julgamentos de recursos.

2.12 É facultado ao Pregoeiro:

- a) É facultada ao pregoeiro ou Autoridade Competente da MAPA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope contendo a proposta ou envelope contendo a documentação, salvo os documentos ou informações de caráter elucidativo ou esclarecedores dos constantes do processo.
- b) Suspender os trabalhos da Sessão Pública para análise de documentos, realização de diligências e julgamento das propostas.
- c) Em qualquer fase da licitação, adiar sessões, assim como suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos em Ata circunstanciada da Sessão.
- d) Adiar a Sessão Pública de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- e) Negociar em qualquer momento da Licitação os preços e condições da Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da MAPA, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação.
- f) No julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados.
- g) Releva omissões puramente formais observadas na Documentação e na Proposta, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação.
- h) Delegar aos membros da Equipe de Apoio atribuições pertinentes ao processo.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação os interessados que:

3.1.1 Tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.2 Estejam devidamente credenciados no **Sistema Licitações-e do Banco do Brasil**;

3.1.2.1 O Banco do Brasil atuará como provedor do sistema eletrônico;

3.1.3 Como requisito para participarem da Licitação Eletrônica, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital;

3.1.3.1 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante, no Sistema Eletrônico, bem como não se responsabilizará por eventual desconexão;

4. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos ao Edital de licitação, por irregularidade, protocolizando o pedido até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo a MAPA julgar e responder à impugnação, em até **03 (três) dias úteis** antes da realização da sessão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

4.1.1 A impugnação ou solicitação de esclarecimento poderão ser protocoladas na sede da MAPA ou enviadas por e-mail cpl@mapa.ma.gov.br, em dias úteis e das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min.

4.2 Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos nos termos do Edital de licitação perante a MAPA, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 A interposição de impugnação ou de pedido de esclarecimentos não impedirá a licitante de participar do processo licitatório.

4.4 Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de Impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas, a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ou maior ao inicialmente estabelecido.

4.5 Os prazos para impugnação e pedido de esclarecimento determinados neste Edital são decadenciais, portanto se formulados fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos.

4.6 As eventuais alterações aos termos do Edital serão disponibilizadas nas páginas www.mapa.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

4.6.1 Ao acessar o Edital no site da MAPA ou no sistema Licitações-e, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento, nas páginas www.mapa.ma.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br, de eventuais alterações, notificações e comunicações.

4.7 O pregoeiro, para resposta às impugnações formuladas ou aos pedidos de esclarecimentos recebidos, poderá auxiliar-se do apoio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e ainda pela Assessoria Jurídica da MAPA.

4.8 Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o pregoeiro, sua Equipe de Apoio e demais servidores da Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 Para participar da Licitação Eletrônica, o licitante deverá fazer sua adesão e cadastrar seu(s) representante(s) conforme segue:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

5.1.1 Se o fornecedor é correntista do Banco deverá:

- a) Dirigir-se à sua agência de relacionamento e solicitar seu registro no sistema;
- b) Fornecer cópia autenticada em cartório ou original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- c) Firmar termo de adesão ao regulamento; e
- d) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

5.1.2 Se o fornecedor não é correntista do Banco deverá:

- a) Dirigir-se a qualquer agência do Banco e solicitar seu registro no sistema;
- b) Fornecer cópia autenticada em cartório ou original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;
- c) Firmar Termo de Adesão ao Regulamento; e
- d) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

5.1.3 O Termo de Adesão ao Regulamento e o Termo de Nomeação de Representante podem ser obtidos na página do Licitações-e, na Internet, opção “Solicitação de Credenciamento no Licitações-e”, ou diretamente nas agências do Banco.

5.1.4 Ao preencher o formulário disponível na Internet o fornecedor faz apenas o seu pré-cadastro. A agência do Banco do Brasil de sua escolha fará contato para complemento e efetivação do cadastramento.

5.1.5 A partir do cadastramento, o usuário e seus representantes estarão habilitados para acessarem as funcionalidades que lhe couberem no Licitações-e.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

5.1.6 O credenciamento do interessado no Sistema Licitações-e poderá ser realizado pela internet por meio do link “www.licitacoes-e.com.br/aop/solicitar-credenciamento.aop”.

5.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Comissão Permanente de Licitação – CLP da MAPA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 O licitante deverá cadastrar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para acolhimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1 A proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando a unidade de fornecimento, quantidade, Marca e Fabricante, para todos os itens (se houver);

6.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

6.3 A licitante deverá registrar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global da proposta (item/lote), já inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticadas na proposta, com o intuito de acrescer o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas neste Edital.

6.6 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desta Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

6.7 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.9 Os itens de propostas que eventualmente contemplem objeto que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), deste Edital serão desconsiderados;

6.10 A Proposta de Preços readequada ao valor final, deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número da Licitação, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade ou outro documento equivalente e cargo da empresa;

c) Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos;

d) Proposta de preços com indicação do preço unitário e total de cada item, preço total da proposta, em algarismo e total da proposta, em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo 02 (dois) algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irrevogável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a entrega dos materiais objeto desta licitação;

d.1) Havendo divergências entre os preços unitários e preços totais, prevalecerão os valores unitários. No caso divergências entre os valores numéricos e por extensos prevalecerão os indicados por extenso.

d.2) Os valores unitários e totais propostos para os itens não poderão ser superiores aos valores unitários e totais estimados pela MAPA.

e) Prazo de validade da proposta: não inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data da abertura do certame;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- f) Prazo de início de execução dos serviços: conforme Termo de Referência (Anexo I);
- g) Local de execução dos serviços: conforme Termo de Referência (Anexo I);
- h) Prazo de Validade/Garantia dos produtos: conforme Termo de Referência (Anexo I);
- i) Declaração Consolidada, conforme Anexo II;

6.10.1 Por ocasião da entrega da proposta final, a mesma deverá conter as alíneas contidas no item anterior (6.10);

6.11 Caso os prazos de validade da proposta, local de execução dos serviços, prazo de início da prestação dos serviços e do prazo da vigência sejam omitidos da Proposta de Preços, o pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos no subitem 6.10, respectivamente, alíneas “e”, “f”, “g” e “h”.

6.12 Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação.

6.12.1 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a MAPA, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a MAPA.

6.12.2 Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

6.13 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

6.14 Não serão admitidas alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto neste Edital;

6.15 Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

6.16 Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

6.17 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo pregoeiro.

6.17.1 A proponente não poderá desistir do lance e/ou proposta já ofertados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e no RILC/MAPA;

6.18 A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Edital e no RILC/MAPA.

6.19 Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a MAPA poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais **120 (cento e vinte) dias** consecutivos.

7. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 A abertura da sessão pública desta Licitação Eletrônica, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital e no sítio www.licitacoese.com.br.

7.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desta Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PROCEDIMENTO

8.1 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública de Lances), no horário previsto no preâmbulo, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

8.1.1 Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**, sendo vencedor nesta fase o licitante que auferir o **MENOR PREÇO TOTAL NO ITEM**.

8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

8.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado pelo licitante;

8.4 Durante a Sessão Pública da Licitação Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor;

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6 Durante a fase de lances, o pregoeiro quando identificar lances abaixo de 30% do valor estimado solicitará comprovação de exequibilidade, que deverá ser apresentada sob pena de desclassificação.

a) O Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos licitantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.9 O Pregoeiro analisará e decidirá quanto à suspensão da Licitação, quando verificar circunstâncias que resultem em transtornos ou impedimentos ao regular andamento da etapa competitiva do certame.

8.10 O licitante poderá apresentar, durante a disputa, lances intermediários.

8.10.1 São considerados lances intermediários aqueles iguais ou superiores ao menor lance já ofertado e inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.11 O encerramento da etapa de lances da sessão pública será iniciado por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

8.12 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.12.1 Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

a) É assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. conforme art. 151 do RILC/MAPA).

b) Nas licitações em que após o exercício de preferência de que trata o artigo 151 e seguintes, esteja configurado empate, em primeiro lugar, deve ser realizada disputa final entre os licitantes empatados, que podem apresentar nova proposta fechada, em prazo definido pelo pregoeiro.

c) Persistindo o empate, ou não havendo microempresa ou empresa de pequeno porte na disputa, deve ser dada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

c1) produzidos no País;

c2) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

c3) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

d) Persistindo o empate, deve ser realizado sorteio.

8.12.2 Em se tratando de bem ou serviço de informática e automação, os critérios de desempate são nesta ordem:

a) Aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;

b) Aos bens e serviços produzidos de acordo com o processo produtivo básico definido pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006;

c) Produzidos no País;

d) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

e) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

f) Persistindo o empate, deve ser realizado sorteio.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

8.12.3 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas, atendidas todas as condições estipuladas neste Edital, contenham valores exatamente iguais.

8.12.4 A disputa final citada na alínea “b” do subitem 8.12.1 será realizada em ato contínuo ao encerramento da sessão de disputa de lances entre os licitantes empatados em primeiro lugar.

a) Os licitantes que se encontrem na situação de empate poderão, no prazo decadencial de 10 (dez) minutos, apresentar um novo lance fechado por meio da opção “Enviar Lance de Desempate”, disponível no resumo do lote da licitação, fora da sala de disputa do licitações-e.

8.12.5 Para fins de classificação final, será sempre considerado o menor lance dentre os apresentados pelo licitante, incluindo eventual lance de desempate.

8.12.6 Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios anteriores ao sorteio, este último será realizado em ato público, mediante comunicação formal do dia, hora e local, feita com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas, no próprio ambiente eletrônico da licitação, no Chat de Mensagens do item ou lote.

a) Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam os interessados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

8.12.7 Em caso de empate nas demais colocações, será observada a ordem cronológica dos lances, tendo prioridade, em eventual convocação, o licitante cujo lance tenha sido recebido e registrado antes.

8.13 Do Direito de Preferência para MEI/ME/EPP.

8.13.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI/ME/EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.13.2 A identificação do licitante como MEI/ME/EPP, será confirmada após o encerramento da fase de lances.

8.13.3 Entende-se por empate aquelas situações em que, observado o disposto nos itens seguintes, as propostas apresentadas pelas MEI/ME/EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.13.4 Para efeito de aplicação do critério de desempate para MEI/ME/EPP, proceder-seá da seguinte forma:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

a) Após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, caso seja de seu interesse, apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da convocação, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da MEI/ME/EPP em exercer o direito de preferência, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.13.3 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.13.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, voltará à condição de 1ª (primeira) classificada, a empresa autora da proposta melhor classificada originalmente.

8.13.6 O disposto nos subitens 8.13.3 e 8.13.4 relativos ao direito de preferência previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a proposta melhor classificada originalmente não tiver sido apresentada por MEI/ME/EPP.

9. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.3 Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação/recusa de outra que tenha obtido colocação superior, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou.

a) A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

9.4 Se depois de adotada a providência referida na alínea “a” deste subitem não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o objeto licitado;

10.2 Após o término da fase de lances/negociação e análise da proposta detentora do menor preço, serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contenham vícios insanáveis;
- b) Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- d) Após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d.1) Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração.
- e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela MAPA;
- f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

10.3 Caso entenda que o preço é inexequível, o Pregoeiro deverá antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de documentos, tais como:

- a) Planilha de Custos apresentando preço dos serviços, margem de lucro, impostos (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), bem como o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos da empresa com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e;
- b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

10.3.1 A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.

10.3.2 Confirmada a inexequibilidade, o Pregoeiro poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

10.4 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

10.5 Após análise e aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação e, em seguida, anunciará o licitante vencedor.

10.6 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, observado, no que for pertinente, os dispositivos da LC nº 123/06.

10.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.8 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos devem ser apresentados em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivos observado o seguinte:

- a) Se o licitante for MATRIZ, todos os documentos devem estar em nome da MATRIZ;
- b) Se o licitante for FILIAL, todos os documentos devem estar em nome da FILIAL;

b.1) Na hipótese de FILIAL, será aceita a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da MATRIZ.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

11.1.1 Serão aceitas como prova de regularidade emitida pelos órgãos competentes as certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa.

11.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no caso de pessoa física, prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física;

b) Documento de Identificação do(s) Sócio(s) Administrador(es) ou do Empresário Individual;

c) No caso de empresário individual, deverá apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

e) No caso de sociedade empresária deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

f) No caso de sociedade simples, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, deverá apresentar a Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede o participante;

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá apresentar o Decreto de autorização.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

11.2.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2 O objeto social especificado nos documentos acima determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela MAPA, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

11.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.3.1 Qualificação Técnico-Operacional:

a) Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, em nome da matriz ou filial da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

a.1) O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

11.4 DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA:

11.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de sua emissão/expedição, quando não vier expresso o prazo de validade na certidão.

a) Na impossibilidade da emissão da certidão a que se refere o subitem anterior, deve ser apresentada pelo licitante o Plano de Recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.4.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário e das notas explicativas (TCU, *Acórdão 1544/2008, Plenário, rel. MARCOS BEMQUERER, j. 13.05.2008; Art. 176, §4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6404/76); Resolução CFC n.º 1.255 De 10/12/2009; Resolução CFC n.º 1.328/11; ITG 09; NBC TG 1001; NBC TG 1002; Instrução Normativa DREI/SGD/ME N° 82, de 19/02/2022*).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- a) As empresas obrigadas ou as que optam voluntariamente pela elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de junho, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;
- b) As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado.
- c) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo prazo} \geq 1,00}$$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Prazo Passivo Circulante} \geq 1,00}$$

- c.1) O Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.
- c.2) O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.
- c.3) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

c.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado “maior ou igual a 1” é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

c.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

d) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social e/ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação admitidas à atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

e) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

f) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

11.4.2.1 Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei”, nas seguintes situações e condições, sendo obedecidas as formas de publicação, de acordo com a legislação aplicável a cada caso, e previsto no instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos das alíneas que seguem:

a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

c) Por cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme legislação vigente ou;

d) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou;

e) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

11.5 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.5.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social / INSS, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.5.2 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

11.5.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

- a) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;
- b) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;
- c) Quando a prova de regularidade de que trata as alíneas “a” e “b” do subitem 11.5.3 for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

11.5.4 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo às empresas sediadas no estado do Maranhão, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, apenas em procedimentos cujo objeto contemple parcial ou integralmente terceirização ou utilização de mão de obra.

11.5.6 As MEI / ME / EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, §4º da LC 123/2006);

b) A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

c) Na hipótese da não contratação de MEI / ME / EPP, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

11.6 No momento do exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica / TCU disponível em (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta consolidada inclui a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

b) Para Pessoa Física (Sócios e/ou Administradores): Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU; Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

b.1) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.6.1 Constatada a existência de sanção que impeça o licitante de participar de licitação no âmbito da MAPA, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.7 A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

11.8 É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

11.9 A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.

11.10 Para os documentos nos quais não se exige a definição expressa do prazo de validade, será considerado o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da data de sua expedição.

11.11 Para facilitar o trabalho de análise dos documentos pelo pregoeiro, solicitam-se as licitantes que apresentem toda a documentação na ordem estabelecida no Edital.

11.12 Para fins de habilitação, a verificação pela MAPA, órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

12.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a “proposta ajustada ao lance final”, bem como os “documentos de habilitação”, por meio do menu “opções” e depois “incluir anexo proposta” no sistema Licitações-e ou preferencialmente através do email cpl@mapa.ma.gov.br no prazo de até 4 (quatro) horas após convocação do Pregoeirovia chat, podendo ser prorrogado por igual período mediante apresentação de justificativa/solicitação da licitante e aceita pelo Agente de Licitação.

12.1.1 Os documentos remetidos por uma das formas prevista no subitem anterior poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo não inferior a 01 (um) dia útil a contar do próximo dia útil após a solicitação do Pregoeirovia chat.

12.1.1.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.1.1.2 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados ao Protocolo da Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA, localizado na Av. Senador Vitorino Freire, nº 29, Ed. Cesário – Centro, São Luís/MA.

12.1.1.3 A licitante que desejar ter vistas aos documentos apresentados deverá encaminhar requerimento para o e-mail indicado no subitem 12.1 deste Edital.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

12.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3 Os documentos necessários ao certame deverão ser apresentados em original ou cópia. Ressalta-se que, **NÃO** existe a necessidade de autenticação em cartório ou por empregado vinculado à Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA. No entanto, **SOMENTE** em caso de dúvidas quanto a integridade dos documentos, o pregoeiro poderá solicitar em diligência o documento original ou cópia autenticada em cartório, ou por colaborador vinculado à Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA ou autenticado digitalmente, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial, de modo a atestar a sua validade.

a) No caso de autenticação através da Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA, somente serão aceitos os documentos originais para fins de comprovação da autenticidade das cópias (Acórdão 801/2004 - Plenário TCU).

12.4 Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade através do site do órgão emitente.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1 Encerrado o julgamento e declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, via sistema eletrônico e dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, em seguida será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação das **RAZÕES RECURSAIS**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar **CONTRARRAZÕES** em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.1.1 Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer por meio do Menu “Opções” >consultar lotes >consultar recurso >registrar intenção de recurso;

13.1.2 A falta de manifestação imediata de interpor recurso, no prazo de 30 (trinta) minutos estabelecido, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s).

13.1.3 As razões do recurso bem como as contrarrazões deverão ser encaminhadas por meio do endereço eletrônico cpl@mapa.ma.gov.br ou protocolados na MAPA a serem encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação – CPL/MAPA localizada na Av. Senador Vitorino Freire, nº 29, Ed. Cesário – Centro, São Luís/MA de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

13.2 O recurso que versar sobre classificação/desclassificação de propostas ou sobre habilitação/inabilitação terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

13.3 Os recursos meramente protelatórios serão sujeitos à aplicação da penalidade prevista no artigo 30, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA.

13.4 O recurso será dirigido ao Presidente da MAPA, por intermédio do pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

13.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação – CPL da MAPA, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital;

13.6 Caberá recurso administrativo, à Instância Superior, em única fase recursal, da decisão da autoridade competente que, por recusa injustificada à assinatura do contrato ou por descumprimento contratual, rescindir o instrumento contratual nos casos nele especificados ou aplicar as penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão.

13.6.1 O recurso será dirigido à Instância Superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou, não sendo o caso, fazê-lo subir devidamente informado.

13.6.2 Nas hipóteses do subitem 13.6 deste Edital, o recurso administrativo não possuirá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

13.6.3 A autoridade recorrida poderá, de ofício ou a pedido, havendo motivado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, conferir efeito suspensivo ao recurso.

13.6.4 A interposição do recurso administrativo ensejará preclusão para quaisquer outras manifestações da empresa interessada sobre a decisão da qual foi intimada.

13.6.5 O recurso não será conhecido quando interposto:

a) Intempestivamente;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- b) Por quem não seja parte sucumbente no processo;
- c) Após exaurida as instâncias administrativas do processo.

13.6.6 Não caberá pedido de reconsideração nas decisões das hipóteses do subitem 13.6 deste Edital, bem como nas decisões da Instância Superior.

13.6.7 Caberá recurso, no mesmo prazo previsto no subitem 13.1 deste Edital, contra a decisão da autoridade competente que:

- a) Suspender ou cancelar ata de registro de preços;
- b) Indeferir, suspender ou cancelar registro cadastral;
- c) Indeferir pré-qualificação.

13.7 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto desta Licitação será Adjudicado pelo pregoeiro, ao(s) vencedor(es) dos itens/lotos quando não houver interposição de recurso administrativo nos termos do art. 201 do RILC/MAPA.

14.2 Havendo interposição de recurso, o ato de Adjudicação deverá ser efetivado pelo Presidente da MAPA nos termos do parágrafo único do art. 202 do RILC/MAPA.

14.3 A Homologação desta Licitação compete ao Presidente da MAPA, nos termos do art. 202 do RILC/MAPA.

15. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

15.1 Quanto a Administração manifestar interesse em revogar ou anular licitação, no caso de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no Inciso III do artigo 203 do RILC/MAPA, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação do interesse, para que os licitantes manifestem interesse em contestar o respectivo ato.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

15.2 Além das hipóteses previstas no artigo 203, , Inciso II, do RILC/MAPA, o Presidente da MAPA poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

15.2.1 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o subitem 15.2.2.

15.2.2 A nulidade da licitação induz à do contrato.

15.2.3 O disposto nos subitens 15.2, 15.2.1 e 15.2.2 aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologado o resultado da licitação, a MAPA convocará o licitante vencedor para, no prazo de **10 (dez) dias úteis** para assinar o Instrumento Contratual (Anexo III), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Item 15 deste Edital;

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela MAPA;

16.2 É facultado à MAPA, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conformidade com o instrumento convocatório;

b) Revogar a licitação.

16.3 Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, caso outro prazo não tenha sido estabelecido no instrumento convocatório.

16.4 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes específicos ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- a) Caso a adjudicatária já tenha apresentado os documentos exigidos pelo caput em momento oportuno no processo licitatório, fica dispensada do cumprimento desta disposição.
- b) A assinatura do contrato, de seus aditivos e de qualquer outro documento pertinente à sua execução pode ser realizada eletronicamente, conforme regulamentado em ato normativo interno;
- c) A formalização do instrumento de contrato estará condicionada à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI e à apresentação de Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) junto à CAEMA, na forma da Lei n.º 6.690/96 e do Decreto Estadual n.º 21.178/05, respectivamente, não sendo exigível a comprovação de regularidade fiscal;

16.5 No ato da assinatura do contrato, convênio ou concessão, a Administração Pública deverá consultar o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando nos autos a regularidade ou irregularidade da pessoa jurídica de direito privado interessada em celebrar o contrato, consoante a Lei Estadual nº 10.612 de 03 de julho de 2017, que alterou o parágrafo único da Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013;

16.6 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à MAPA, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

16.7 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.8 A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à MAPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

16.9 Obrigam-se os contratados a:

16.9.1 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

16.9.2 Cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

16.9.3 Não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou em condições análogas à de escravo;

16.9.4 Adotar boas práticas de preservação ambiental; e

16.10 É vedado aos contratados e a seus empregados realizar qualquer negócio em nome do ou em razão de contrato firmado com a MAPA de maneira imprópria, que configure atos criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O CONTRATADO poderá ser punido, sem prejuízo de outras disposições contratuais específicas, com as sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Mapa em face de inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento, das obrigações assumidas no contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, podendo ser apenado com as seguintes sanções:

I – **ADVERTÊNCIA**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

II – **MULTA**, conforme abaixo:

a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) **0,66% (sessenta e seis centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;

c) **Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.**

III – **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a MAPA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.2 As sanções previstas nos incisos I e III do item 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

17.3 A multa a que alude o item II do item 17.1 não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA e legislação pertinente.

17.4 Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela MAPA propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

17.5 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela MAPA.

17.6 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

17.7 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

18.1.1 As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação de licitante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de licitação, podendo o órgão interessado solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

18.2 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa integrante ou não do quadro da Administração Estadual, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta/documentação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

18.3 O Maranhão Parceriais – MAPA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

18.4 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Licitação:

- a) A anulação do procedimento licitatório não gera obrigação de indenizar, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;
- b) A nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade do Contrato ou instrumento equivalente, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;
- c) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.6 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Maranhão Parceriais – MAPA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a data da abertura desta licitação e alteradas as condições do presente Edital.

18.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e os documentos de habilitação.

18.10 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

18.11 O resultado desta licitação será comunicado em sessão pública ou mediante publicação na Imprensa Oficial.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

18.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Maranhão Parceriais – MAPA.

18.13 Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site **www.licitacoes-e.com.br** e **www.mapa.ma.gov.br**.

18.14 As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão disponibilizados nas páginas **www.licitacoes-e.com.br** e **www.mapa.ma.gov.br**.


18.15 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Declaração Consolidada

ANEXO III – Minuta do Contrato

São Luís/MA, 23 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS VINICIUS COSTA DE MENDONÇA**
Data: 30/01/2026 15:09:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Marcus Vinícius Costa de Mendonça
Presidente da CPL – MAPA
Mat: 841026-1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, recursos humanos, contábil, fiscal e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação do sistema auxiliará no controle e automatização das informações comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, recursos humanos, contábil, fiscal e patrimonial, e atenderá de forma contínua às necessidades da MAPA. Além de permitir os registros contábeis, a conciliação das contas contábeis, a elaboração de demonstrações contábeis, o tratamento fiscal/tributário, a consulta de registros/demonstrações anteriores, além dos demais serviços pertinentes à área.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A contratação deverá obedecer ao procedimento da licitação imposto pela Constituição Federal, no art. 37, inciso XXI e regulamentado nacionalmente pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/MAPA.

4. DA NATUREZA DO OBJETO

4.1 O produto possui natureza de serviço continuado, a ser prestado de forma indireta, não vinculado ao uso de mão de obra exclusiva.

4.2 A prestação dos serviços não configura vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e da CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3 Os softwares deverão, obrigatoriamente, permitir uso em rede (estações de trabalho conectadas ao servidor para alimentação do sistema). A licitante vencedora deverá garantir que seu software comporte todos os usuários logados, simultaneamente, sem ocorrência de instabilidade ou lentidões que interfiram na execução dos trabalhos.

4.4 Durante toda vigência do contrato, a licitante vencedora será responsável por todas as atualizações, manutenções bem como pelas operações de backup/restore. A aplicação deverá, também, registrar operações de todos os usuários, de modo a permitir auditorias do sistema.

4.5 **Não será admitida, em qualquer hipótese, a subcontratação do objeto contratual.**

4.6 Os usuários administradores indicados pela CONTRATANTE deverão ter senhas que permitam acesso a todas as funcionalidades do sistema. Os demais terão acessos restritos aos módulos aos quais estejam ligados à operação.

5. DA ESPECIFICAÇÃO

Item	Especificação	Unid.	Qtd
1	Contratação/locação de licença de uso de ERP (Enterprise Resource Planning), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão contábil, orçamentária e financeira, patrimonial, fiscal e de recursos humanos, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis.	Mês	12

5.1 O sistema deverá contemplar, obrigatoriamente, os submódulos de gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, recursos humanos, contábil, fiscal, e patrimonial, além dos seguintes requisitos mínimos:

5.1.1 Permitir a contabilização utilizando o conceito de eventos associados a roteiros contábeis e partidas dobradas.

5.1.2 Classificar, contabilizar e possibilitar a conciliação contábil:

5.1.3 Elaborar Balancetes Analítico, Sintético Geral e por Centros de Custos, e Razão Analítico;

5.1.4 Elaborar Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), e demais demonstrações exigidas pela legislação;

5.1.5 Permitir a importação de dados da Receita Federal;

5.1.6 Compilar e atualizar as normas tributárias;

5.1.7 Possibilitar a elaboração e transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Outras Informações Fiscais

(EFD-Reinf); Escrituração Contábil Digital (ECD), EFD-Contribuições (SPED Pis e Cofins), EFD-ICMS/IPI (SPED Fiscal) e Escrituração Contábil Fiscal (ECF), com os respectivos cálculos e apurações fiscais, e demais obrigações acessórias integrantes do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

5.1.8 Permitir o controle integrado de notas fiscais entre módulos fiscal, contábil e financeiro, automatizando o cálculo de tributos sobre ela incidentes;

5.1.9 Apresentar informações e obrigações acessórias exigidas pelo Fiscos Federal, Estadual e Municipal;

5.1.10 Permitir a edição e a revisão do Plano de Contas contábil (Vinculação com o Plano de Contas Financeiro e Orçamentário);

5.1.11 Fornecer apoio referente aos aspectos legais necessários para realização das atividades contábeis, considerando toda e qualquer inovação de legislação relativa ao regime tributário, trabalhista ou previdenciários;

5.1.12 Possibilitar a automatização de tarefas;

5.1.13 Facilitar a integração contábil com outros módulos do sistema. Lançamentos contábeis automáticos com base nos movimentos ocorridos nas gestões do Enterprise Resource Planning (ERP);

5.1.14 Realizar o controle contábil dos bens patrimoniais da empresa, assim como a sua depreciação, mantendo a relação de todos os itens, registrados por item, com os respectivos detalhes de caracterização e aquisição, depreciação mensal e conta contábil onde se efetuou o registro do item, sendo capaz de emitir relatórios de bens analíticos por item e/ou sintéticos com a totalidade dos itens ou por grupo de contas, pelos valores históricos e/ou residuais;

5.1.15 Gerar relatórios de conciliação e gerenciais, munidos de Dashboards;

5.1.16 Permitir a utilização de históricos padronizados e históricos com texto livre.

5.1.17 Permitir cancelar ou estornar registros contábeis feitos independente da execução orçamentária nos casos em que se apliquem.

5.1.18 Ter plano de contas personalizável.

5.2 As demonstrações contábeis extraídas do sistema deverão ser elaboradas com base nos padrões exigidos pelo regramento brasileiro, através das Normas Brasileiras de Contabilidade e alinhadas às Normas e Práticas Internacionais de Contabilidade.

6. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E O RECEBIMENTO

6.1 O serviço será prestado na sede da Empresa Maranhão Parcerias – MAPA, situada na Av. Senador Vitorino Freire, Edifício Cesário, Nº 29, Anel Viário, Centro - CEP: 65.010-655 - São Luís/MA.

6.2 A Solicitação do objeto ocorrerá por meio de Ordem de Serviço, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas da CONTRATANTE, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

6.3 OPERAÇÃO/FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS: Recebida a ordem de serviço, que será emitida em até **05 (cinco) dias da assinatura do contrato**, a empresa terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para concluir a efetiva instalação e operação do objeto deste Termo de Referência, o que inclui instalação do sistema e implantação de saldos, treinamento presencial de pessoal para manuseio deste;

6.4 Observado o prazo máximo estabelecido no item anterior, o início do prazo de locação do sistema dar-se-á a partir do efetivo funcionamento deste.

6.5 Sempre que solicitada, a CONTRATADA deverá disponibilizar funcionário habilitado num prazo jamais superior a 05 (cinco) dias contados do recebimento da solicitação formal para ministrar treinamento presencial a pessoal que possa vir a substituir servidores em razão de afastamento por férias, doença ou rescisão;

7. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Para fins de **Habilitação Jurídica**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

7.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6 Sociedade Empresária Limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 Para fins de **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.7 Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.8 O licitante optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverá comprovar a situação no ato de habilitação.

7.3 Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de sua emissão/expedição, quando não vier expresso o prazo de validade na certidão;

7.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário e das notas explicativas;

a) As empresas obrigadas ou as que optam voluntariamente pela elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de junho, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;

b) As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}); \text{ e}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante}).$$

7.3.3 Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.3.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.3.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

7.4 Para fins de **Habilitação Técnica**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.4.1 A vencedora do certame deverá fornecer atestado de capacidade técnica, com as seguintes informações:

- a) Comprovação de implantação do sistema proposto em organização pública ou privada com no mínimo 15 (quinze) funcionários;
- b) Nome do sistema e dos módulos implantado na organização;
- c) Comprovação de que a empresa vencedora é a fabricante do software ofertado, ou subsidiária brasileira do fabricante ou credenciada por subsidiária brasileira desde que com anuência expressa do fabricante;
- d) Caso a empresa vencedora não seja a fabricante, deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante do software de que é capacitada e autorizada a prestar os serviços objeto deste Termo de Referência.

7.4.2 A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Termo de Referência e a responsabilidade pela

autenticidade e fidelidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

8. DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO

8.1 Para operacionalização do ERP, prestação de serviços técnicos de implantação, suporte técnico especializado e manutenção deverão ser consideradas as seguintes definições:

a) A implantação será composta pelos serviços de instalação, conversão e customização de dados;

b) Após a expedição da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias corridos para conclusão da instalação e customização do software nos equipamentos a ela indicados pela CONTRATANTE e mais 15 (quinze) dias para concluir o treinamento de pessoal, quando for o caso, para operacionalizar o sistema, perfazendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega completa do objeto contratado, podendo ser prorrogado por mais 15 dias, a critério da CONTRATANTE;

8.2 A CONTRATADA deverá emitir o competente Termo de Implantação definitivo ao término do serviço de implantação do ERP, para o devido ateste pelo gestor/fiscal do contrato designado em Portaria Administrativa da CONTRATANTE;

8.3 Nenhuma alteração poderá ser introduzida nas disposições contratuais, bem como nas condições, básicas e específicas, da prestação de serviços de fornecimento de licença do sistema de gestão estipulada neste termo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Observar e atender todas as especificações e orientações constantes neste Termo de Referência;

9.2 Instalação do software e de todos os componentes necessários para sua utilização no servidor e todas as estações de trabalho indicadas pela CONTRATANTE;

9.3 Responder perante as leis vigentes, pelo sigilo dos dados e documentos, não sendo permitido a qualquer tempo, mesmo após o termino do contrato, fazer uso de quaisquer dados, documentos ou informações especificadas no Edital, no Termo de Referência e seus respectivos Anexos, a não ser para fins de execução do contrato. A utilização de qualquer dado da contratante sem o consentimento prévio por escrito desta sujeitará a licitante vencedora à aplicação de sanções previstas em Lei;

- 9.4 Comunicar o fiscalizador, imediatamente, qualquer ocorrência, anormalidade ou irregularidade observadas no desenvolvimento dos serviços contratados;
- 9.5 Oferecer treinamentos da solução para a formação de usuários / multiplicadores que possibilitem o uso eficiente do sistema, incluindo material didático;
- 9.6 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento, manipulação e entrega dos serviços, objeto deste Termo de Referência;
- 9.7 Prestar o serviço no local determinado neste Termo de Referência dentro do prazo estabelecido neste;
- 9.8 Prestar os serviços conforme detalhamento constante no Termo de Referência, práticas usuais de mercado e legislação vigente;
- 9.9 Assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da comunicação da CONTRATANTE, que poderá ser efetuada por meio de contato telefônico, de e-mail ou de qualquer outro meio hábil, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes;
- 9.10 Indicar um preposto lotado nesta cidade e que se possa ser encontrado mediante contato telefônico durante o horário comercial, com competência para tomar decisões em nome da empresa contratada no que disser respeito aos assuntos relacionados à execução do contrato;
- 9.11 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no edital, sob pena de suspensão dos pagamentos até a devida regularização;
- 9.12 Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do serviço objeto do contrato, e ainda, quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos;
- 9.13 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou de sua elaboração, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado pela contratante;
- 9.14 Manter pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Contratante;
- 9.15 Executar diretamente o contrato, podendo ser transferida a responsabilidade ou subcontratações desde que autorizadas pela Contratante;

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;

9.18 Atender no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas aos chamados para manutenção corretiva, devendo concluir a manutenção no prazo não superior a 12 horas;

9.19 Manter prepostos capacitados na cidade de São Luís para realização das manutenções necessárias, bem como para realização do treinamento de pessoal requisitado;

9.20 Realizar em até no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato treinamento presencial aos funcionários da contratante que irão manusear o sistema, capacitando-os plenamente quanto à todas as funcionalidades do sistema contratado.

9.21 As falhas ou defeitos ocorridos nos softwares durante o Período de Garantia deverão ser reparados pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir que todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA no ato da celebração contratual sejam cumpridas de forma fidedigna ao pactuado entre as partes.

10.2 Permitir acesso à CONTRATADA, sempre que se fizer necessário ao bom cumprimento do contrato, às suas dependências.

10.3 Disponibilizar e manter recursos materiais e infraestrutura adequada à instalação e funcionamento do Sistema.

10.4 Fornecer dados e informações completas para o correto fornecimento dos objetos licitados pela CONTRATADA;

10.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.6 Efetuar o pagamento no prazo legal, conforme estipulado no Contrato;

10.7 Notificar a CONTRATADA para a substituição de produtos reprovados no Recebimento;

- 10.8 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos objetos licitados;
- 10.9 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento;
- 10.10 Atestar as notas fiscais apresentadas para efeito de pagamento;
- 10.11 Notificar à CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do objeto descrito neste Termo de Referência;
- 10.12 Solicitar à contratada através de e-mail fornecido por esta a realização de manutenção corretiva dos sistemas, informando o problema apresentado, bem como solicitar através do referido e-mail a realização de treinamento de pessoal para manuseio do sistema;
- 10.13 Solicitar, através de ordem de serviço encaminhada para e-mail fornecido pela contratada, treinamento de pessoal e manutenções corretivas sempre que se fizer necessário.
- 10.14 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.15 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, contrato e demais acordos que fizerem parte da contratação.
- 10.16 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/ Fatura da CONTRATADA, no que couber.
- 10.17 Disponibilizar backup da base de dados com dicionário de dados para migração para o sistema contratado.
- 10.18 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11. DAS MANUTENÇÕES

- 11.1 A manutenção consistirá na atualização tecnológica das funcionalidades dos sistemas de gestão, compreendendo desenvolvimentos evolutivos e corretivos, em função da edição de novas regras, legislação, instruções do Tribunal de Contas. Este serviço deverá estar disponível durante todo o período de vigência do contrato, com início a partir da assinatura do contrato.
- 11.2 A contratada deverá indicar técnico competente e responsável, pertencente ao seu quadro funcional, que atuará como representante da empresa perante as atividades relacionadas à execução contratual.

12. DO SUPORTE TÉCNICO

12.1 O Serviço de suporte técnico compreenderá a disponibilidade de profissional especialista no sistema de gestão para acompanhamento via atendimento remoto, por telefone, e, excepcionalmente, in loco, junto aos usuários, e orientação dos mesmos à plena utilização dos recursos disponíveis nos sistemas, bem como o apoio à implantação de novas metodologias de trabalho.

12.2 A contratada deve disponibilizar serviço de suporte técnico aos usuários via e-mail, telefone, ou pessoalmente, para sanar dúvidas relativas à operação e administração dos sistemas de gestão de informações. Este serviço deverá estar disponível durante todo o período de vigência do contrato.

12.3 Nos dias úteis, em caso de atendimento on-line, via telefone, via e-mail ou quaisquer outros canais de comunicação, o prazo máximo para atendimento e solução dos problemas não poderá superar de 12 (doze) horas, a contar do momento de sua solicitação, salvo casos complexos em que o prazo diverso será definido entre as partes.

12.4 Na hipótese de a contratante necessitar do desenvolvimento de novas rotinas, módulos, alterações na estrutura dos sistemas objeto desta licitação, treinamentos adicionais ou outros serviços aqui não especificados, estes deverão ser orçados pela contratada e sua execução deverá ser previamente aprovada pela MAPA, nos termos da legislação vigente.

12.5 A licitante vencedora deverá disponibilizar, pelo menos, um Gerente/Coordenador técnico para contratante ter livre contato com este profissional. Não é permitido à licitante vencedora utilizar-se de estruturas de atendimento que impeçam o contato com seus funcionários/colaboradores de nível hierárquico mais elevado.

13. DO TREINAMENTO DE PESSOAL

13.1 O serviço de treinamento compreenderá a habilitação de profissionais usuários dos sistemas integrados de gestão para a operação e administração dos mesmos, de forma a permitir a plena utilização dos recursos disponíveis nos sistemas.

13.2 As atividades de treinamento deverão abranger, inclusive, a geração de backups diários para segurança dos dados.

13.3 Os serviços de treinamento deverão ser prestados nas dependências da contratante e quando possível ou necessário, também nas dependências da contratada, sempre por técnicos do quadro permanente da licitante vencedora, e, sob acompanhamento do fiscalizador do contrato designado em portaria administrativa.

13.4 Estima-se que o treinamento será ministrado a aproximadamente 30 (trinta) usuários divididos entre os subsistemas aos quais serão responsáveis pela alimentação de dados, devendo ocorrer em dias úteis e horário comercial, conforme cronograma a ser definido entre as partes.

14. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

14.1 O CONTRATADO poderá ser punido, sem prejuízo de outras disposições contratuais específicas, com as sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Mapa em face de inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento, das obrigações assumidas no contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, podendo ser apenado com as seguintes sanções:

I – **ADVERTÊNCIA**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

II – **MULTA**, conforme abaixo:

a) **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) **0,66% (cinquenta centésimos por cento)** ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;

c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a MAPA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2 As sanções previstas nos incisos I e III do item 14.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.3 A multa a que alude o item II do item 14.1 não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA e legislação pertinente.

14.4 Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela MAPA propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

14.5 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela MAPA.

14.6 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.7 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

15. DA VIGENCIA CONTRATUAL

15.1 O presente contrato terá vigência de 12 meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 71, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no percentual de 3% do valor global contratado, em uma das modalidades a seguir, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, extensão de prazo para apresentação da garantia:

- a) Em dinheiro.
- b) Seguro garantia.
- c) Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil.

16.2 Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à MAPA referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

16.3 Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos após o prazo de validade do contrato.

16.4 Caso ocorra prorrogação do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar no ato da assinatura do Termo Aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da MAPA, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

16.5 A Maranhão Parcerias – MAPA poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

16.6 Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

16.7 A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização designada para esse fim.

17 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1 Vencerá a empresa que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

17.2 A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros linguísticos ou rasuras, de modo que identifique a contratada, bem como deverá ser assinada por responsável legal ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da contratada.

17.3 A empresa deverá apresentar devidamente preenchida e assinada a Proposta de Preços.

17.4 A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.

17.5 A empresa contratada deverá considerar no valor total de sua proposta comercial todas as despesas diretas e indiretas para a execução dos serviços.

17.6 As propostas deverão ser apresentadas discriminando os valores unitários e totais, sendo consideradas válidas as que forem apresentadas com valores até duas casas decimais. Para tanto, a empresa deverá considerar a quantidade estimada, conforme estimativa neste Termo de Referência.

17.7 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a contratada alterar a composição de seus preços unitários.

17.8 Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

17.9 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento para a Maranhão Parcerias, nem poderá

onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a MAPA.

17.10 Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexecutável. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

17.11 O valor proposto deverá obedecer aos custos de mercado e não poderão ultrapassar os valores estipulados da cotação de preços, que será realizada e consequentemente a menor proposta oferecida será CONTRATADA dentro da forma legal.

17.12 A proposta deverá discriminar por menorizadamente os serviços, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos, contendo o nome do proponente, endereço, número do CNPJ e da inscrição Estadual.

17.13 A validade da proposta será de **90 (noventa) dias corridos**.

18 DA ESTIMATIVA DE VALOR

18.1 MAPA se reserva ao direito de não divulgar o valor estimado da presente licitação, em consonância com art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

19 DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

19.1 A CONTRATADA permitirá acesso ao objeto contratado pela CONTRATANTE imediatamente após a assinatura do contrato.

19.2 O pagamento pelo licenciamento do produto será efetuado até 30 (trinta) dias, após a data de assinatura do contrato entre as partes, através de depósito bancário na conta corrente da contratada, a ser obrigatoriamente informada no instrumento contratual, sendo vedada a utilização de conta distinta desta, salvo em caso de apostilamento contratual, por meio de ordem bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato acompanhada das certidões de regularidades fiscais e trabalhista. Da mesma forma o pagamento pela manutenção mensal do produto será efetuado através de depósito bancário na conta corrente da contratada, por meio de ordem bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato acompanhada das certidões de regularidades fiscais e trabalhista;

19.3 A CONTRATANTE, por meio de seu fiscal de contrato, realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço.

19.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

19.5 Havendo glosa parcial dos serviços, ou quaisquer outras penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA que importe em diminuição do valor mensal, a CONTRATANTE deverá comunicar-lhe para que emita a nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado.

a) A fatura só será liberada para pagamento depois de analisada e devidamente atestada pelo fiscal do contrato, devendo a fatura estar isenta de erro ou omissão, pelo qual será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação;

b) Havendo erro nos documentos de cobrança, tipo valores ou especificações incorretas na nota fiscal, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

c) Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, esta deverá ser notificada, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE

d) Enquanto houver pendências relativas à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência, a apresentação de documentação exigida em disposição do ato convocatório, legal ou regulamentar, a regularidade fiscal, não será efetuado o pagamento;

e) Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

f) Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, e Sociedade Cooperativa – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

19.6 Uma vez recebida a nota fiscal/fatura, e obedecidas às demais condições estipuladas, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor referente ao contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, na conta corrente e banco de titularidade da CONTRATADA.

19.7 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

20 DO REAJUSTE

20.1 Os preços consignados no contrato são fixos e irreajustáveis antes de decorrido o prazo de 12 (doze) meses, contados da data limite para a apresentação das propostas.

20.2 O reajuste se dará mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

21 DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A gestão e fiscalização execução contratual decorrente deste Termo de Referência deverão ser efetuadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, designado por Portaria, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

21.2 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios nos equipamentos, e na ocorrência destes, não implicam corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos;

21.3 Ressalte-se que o objeto deste Termo de Referência estará sujeito a mais ampla e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em tudo que concerne o objeto deste Termo de Referência, obrigando a empresa a prestar todos os esclarecimentos necessários que forem solicitados;

21.4 Ao Fiscal do Contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas do futuro contrato.

22 DA FINALIZAÇÃO DE CONTRATO E DA TRANSIÇÃO DE DADOS

22.1 Finalizado o contrato, seja por rescisão de qualquer uma das partes ou por término do prazo estipulado, a CONTRATADA compromete-se a:

22.2 Disponibilizar à CONTRATANTE um backup completo da base de dados do sistema, contendo todos os dados e informações necessárias para a operação contínua do serviço, acompanhado de um dicionário de dados que facilite a migração para uma nova ferramenta indicada pela CONTRATANTE.

22.3 Assegurar que o backup seja fornecido em um formato acessível e compatível com os sistemas e padrões de segurança da CONTRATANTE.

22.4 Preparar e revisar toda a documentação necessária para a transferência de responsabilidades, incluindo, mas não se limitando a manuais de operação, procedimentos de segurança, e especificações técnicas relevantes.

22.5 Cooperar plenamente com a CONTRATANTE durante o período de transição, fornecendo suporte técnico e assistência conforme necessário para garantir uma transição suave e sem interrupções significativas nos serviços prestados.

22.6 A CONTRATADA deverá preparar e revisar a documentação necessária para transferir responsabilidades, propriedade intelectual, ou outros ativos.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A CONTRATANTE terá direito, a qualquer tempo e lugar, de rejeitar quaisquer serviços, que de alguma forma, não estejam em estrita conformidade com os requisitos especificados.

23.2 CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

23.3 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão jamais constituir pretexto para a Contratada pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, a Contratada como especializada na execução dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta também as complementações por acaso omitidas nas especificações, mais implícitas e necessárias ao adimplemento do objeto.

24 DO FORO

24.1 Fica eleito o foro da comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

São Luís (MA), *data da assinatura eletrônica.*

Elaborador:



GLERISSON ARAUJO GOMES
Chefe do Departamento Contábil/MAPA
Matrícula nº 875279-0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

ANEXO II – DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao Pregoeiro da MAPA

Ref.: Licitação Eletrônica N° 01/2026 – CPL/MAPA

A empresa (razão social do licitante) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, _____, portador(a) da cédula de identidade n° _____ e do CPF N° _____:

- **DECLARA** sob as penalidades da Lei que cumpre plenamente os requisitos para Habilitação na licitação em referência, estando, portanto, apto a participar do certame licitatório;
- **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos.

RESSALVA: Caso empregue menor na condição de “menor aprendiz” preencher a ressalva abaixo:

RESSALVA: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

- **DECLARA** sob as penas da lei e do art. 56, Inciso V, da Lei 13.303/2016, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, **COMPROVAR A EXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS CONSTANTES EM SUA PROPOSTA**, nos termos do Edital;
- **DECLARA** sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso art. 38, inciso III, da Lei 13.303/2016.
- **DECLARA**, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em referência, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.
- **DECLARA** que o REGIME TRIBUTÁRIO da licitante é:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/MAPA

- () Simples Nacional;
() Lucro Real;
() Lucro Presumido;
() Outro: _____.

▪ **DECLARA** que a licitante é ENQUADRADA como:

- () Microempreendedor Individual (MEI);
() Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 14 da Lei Estadual nº 10.403/2015;
() Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o art. 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;
() Normal.

▪ **DECLARA** que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). _____, inscrito sob o CPF nº _____.

▪ **DECLARAMOS**, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

MINUTA

CONTRATO Nº XXX/2026 - MAPA
PROCESSO Nº 2025.630204.02215 – MAPA

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A MARANHÃO PARCERIAS S/A –
MAPA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTE: A empresa **MARANHÃO PARCERIAS S/A - MAPA**, sociedade de economia mista, instituída pela Lei Estadual nº 11.140 de 23 de outubro de 2019, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.281.794/0001-95, situada no Edifício Cesário, nº 29, Avenida Senador Vitorino Freire (Anel Viário), CEP: 65030-015, São Luís/MA, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **RAFAEL DE CARVALHO BORGES**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº SSP/MA e do CPF nº 970.710.303-59, bem como por seu Diretor de Negócios Mobiliários e Serviços, **XXXXXXXXXXXX**, xxxxxx, xxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxx e RG sob o nº xxxxxx.

CONTRATADA: A empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXXX, representada pelo XXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXX e no CPF nº XXXXXXXX.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, em consonância com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA, tendo em vista o constante no **Processo nº 2025.630204.02215 - MAPA**, têm entre si justo e avençado o presente CONTRATO, decorrente da **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação/locação de licença de uso de ERP (*Enterprise Resource Planning*), com capacidade de até 30 (trinta) acessos simultâneos, incluindo a instalação, conversão, testes, customização, quando necessárias, e serviços de manutenção mensal, compreendendo a gestão comercial, orçamentária e financeira, estoques, compras, controle eletrônico de frequência, contábil, fiscal e patrimonial, além do treinamento de pessoal, quando se fizerem imprescindíveis, para atender às necessidades da Maranhão Parcerias., conforme condições, especificações e quantidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. A execução deste contrato está estritamente vinculada aos seguintes documentos independentemente de transcrição:

2.1.1. Termo de Referência;

2.1.2. Edital da **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA** e seus anexos;

2.1.3. Proposta de Preços da Contratada;

2.1.4. Documentos de Habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total deste contrato é de **R\$ XX,XX (XXXXXXXXX)**.

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

3.1.3. Os preços permanecerão irrevogáveis durante a vigência do presente Contrato.

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MAPA e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. São aquelas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do edital da **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA**, parte integrante deste Contrato.

4.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados nos locais indicados na Ordem de Serviços – OS, emitida pela CONTRATANTE;

4.3. PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. São aquelas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do edital **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA**, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São aquelas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do edital **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA**, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São aquelas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do edital **Licitação Eletrônica nº 01/2026 – CPL/MAPA**, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Compete a **Divisão de Gestão de Contratos – DGC/MAPA** a gestão do presente contrato.

8.2. A execução do contrato será acompanhada por fiscal(is) indicado(s) pela MAPA, que será(ão) designado(s) através de portaria como Fiscal de Contrato, para exercerem essa atribuição em conformidade com os dispositivos do RILC/MAPA bem como os dispostos neste instrumento contratual.

8.3. Compete ao **Fiscal de Contrato**:

8.3.1. Tomar conhecimento do conteúdo do edital ou instrumento convocatório, especialmente das condições do Termo de Referência e do Contrato onde estão estabelecidos os critérios para execução, acompanhamento e fiscalização do objeto do Contrato;

8.3.2. Emitir e controlar as Ordens de Fornecimento e Ordens de Serviços, conforme o objeto do contrato;

8.3.3. Responsabilizar-se pela emissão e colhimento das assinaturas do representante legal da Contratada na Ordem de Fornecimento;

8.3.4. Gerenciar e controlar os saldos do contrato em função do valor da nota fiscal/fatura, de forma a avaliar a necessidade da celebração de aditivos contratuais (acréscimos ou supressões);

8.3.5. Verificar sistematicamente toda documentação referente ao Contrato, juntando aos autos do Processo pertinente, a fim da comprovação da regular execução do contrato inclusive notas fiscais e faturas, medições realizadas, certidões apresentadas, notas técnicas, vistorias técnicas, memorando, formulários preenchidos, comunicações internas, ofícios e correspondências recebidas;

8.3.6. Esclarecer dúvidas e transmitir instruções ao contratado, comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do termo de referência, inclusive solicitando, quando necessário, pareceres técnicos do quadro da MAPA;

8.3.7. Registrar as ocorrências da execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.3.8. Receber, provisoriamente e definitivamente, o objeto do contrato, observados os limites e as condições definidas no artigo 40, IX, da Lei nº 13.303/16, se for o caso;

8.3.9. Verificar se a execução do objeto está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço, quantidade e qualidade;

8.3.10. Encaminhar a Diretoria competente o pedido de alteração do objeto contratado, acompanhado das justificativas, observadas as disposições do art. 81, da Lei nº 13.303/2016;

8.3.11. Receber e atestar as notas fiscais ou faturas, promovendo, com a presença do Contratado, mediante Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo do Objeto, as notas/faturas e verificação das entregas já executados, para fins de pagamento;

8.3.12. Rejeitar os materiais/produtos/serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado;

8.3.13. Comunicar a **Gestão de Contratos** às providências que ultrapassem suas atribuições e sua esfera de competência;

8.3.14. Observar as Cláusulas do Contrato, diligenciando para que o seu objeto seja executado conforme pactuado, orientando a Contratada sobre os casos omissos no Contrato;

8.3.15. Manifestar-se sobre os pedidos de prorrogações de prazo de fornecimentos ou de prazos

para execução de serviços, de modificações no termo de referência no tocante à qualidade, segurança, ao controle tecnológico ou outros ocorridos durante a execução do contrato, de modo a permitir a decisão final por parte da Autoridade Competente;

8.3.16. Dar início ao processo de aplicação de penalidades nos casos em que, notificada a empresa Contratada, esta não solucionar o problema dentro dos prazos indicados neste contrato e no instrumento de notificação.

8.3.17. Dar cumprimento as atribuições e competências previstas na legislação vigente.

8.3.18. De acordo com o objeto do contrato, os fiscais deverão exigir e acompanhar, junto à Contratada, o cumprimento das obrigações trabalhistas, bem como dos encargos sociais exigidos em lei;

8.3.19. O fiscal poderá solicitar auxílio aos demais setores da MAPA, para fins de apoio aos trabalhos;

8.3.20. Coordenar, acompanhar e fiscalizar toda a execução do contrato, verificando a conformidade da execução do objeto e a alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o cumprimento do contrato;

8.3.21. Assegurar, durante a execução do contrato, o melhor aproveitamento econômico e eficiente de recursos humanos, financeiros e de materiais disponíveis;

8.3.22. Verificar se o contratado apresentou a garantia de execução do contrato, conforme previsto no instrumento contratual, caso não tenha sido entregue, o fiscal deverá solicitar a regularização junto ao Contratado.

8.3.23. Comunicar formalmente à Diretoria competente sobre quaisquer intercorrências que possam impedir a concretização dos interesses da MAPA e/ou sobre situações que demandem decisões e providências definitivas.

8.3.24. Desempenhar outras atividades visando sempre o bom e fiel cumprimento da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O Termo de Contrato terá vigência por **12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) O objeto tenha sido executado regularmente;
- b) A MAPA tenha interesse na prorrogação do contrato;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a MAPA; e
- d) Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento do objeto executado será realizado em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada, através de depósito bancário na conta

corrente da Contratada: Banco XXXX, Agência XXXXX, Conta Corrente XXXXX, devendo a Contratada encaminhar os seguintes documentos:

- 10.1.1. Solicitação de pagamento;
- 10.1.2. Cópia do Contrato ou instrumento equivalente;
- 10.1.3. Nota Fiscal/Fatura;
- 10.1.4. Termo de Recebimento Provisório, se for o caso;
- 10.1.5. Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso;
- 10.1.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União;
- 10.1.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.8. Certidão de Regularidade do FGTS;
- 10.1.9. Certidões de Regularidade perante do Estado;
- 10.1.10. Certidões de Regularidade perante o Município;
- 10.1.11. Certidão Negativa da CAEMA para as empresas sediadas no estado do Maranhão;

10.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista, a fim de assegurar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

10.3.1. Em caso de constatação de irregularidade da Contratada, esta será notificada por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar a situação.

10.3.2. Regularizada a situação os pagamentos ocorrerão normalmente.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.6. A MAPA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de **6% (seis por cento)** ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

10.8 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

RESUMO DA DESPESA	
Empresa: Maranhão Parcerias - MAPA	Unidade Administrativa Demandante: Departamento Contábil - MAPA.
Classificação Contábil: 3.1.06.03.001 Despesa com Serviços de Terceiros. 3.1.06.003.001.014. Serviços Técnicos Contratadas.	
FONTE DE RECURSO: Recursos Diretamente Arrecadados.	
Vigência: 12 (doze) meses	
Disponibilidade Orçamentária: R\$ XX,XX (XXXXXXXXXX)	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este Contrato somente sofrerá alterações, consoante disposições do art. 81 e seguintes da Lei nº 13.303/2016.

12.2. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

13.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

13.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

13.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

13.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

13.6. O valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

13.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

13.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura.

14.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA REPACTUAÇÃO

15.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivos para rescisão do contrato, por sua **inexecução total ou parcial**, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

16.1.1. De forma **unilateral**, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados, eventuais direitos à Contratada.

16.1.2. Por acordo entre as partes (rescisão bilateral), desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à Administração Pública.

16.1.3. Por determinação judicial.

16.2. Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma **unilateral**:

16.2.1. Não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

16.2.2. Desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

16.2.3. Suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

16.2.4. Situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

16.2.5. Subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

16.2.6. Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

16.2.7. Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da Contratada, desde que a nova situação prejudique a execução contratual;

16.2.8. A lentidão ou paralisação da execução do contrato sem comunicação prévia e/ou sem apresentação formal de justificativa à Contratada, ou ainda, cuja justificativa não tenha sido aceita pelo fiscal do contrato, após análise, garantido o contraditório e ampla defesa da Contratada;

16.2.9. O desatendimento das determinações regulares da Contratada decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

16.2.10. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

16.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao Contratado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. O extrato do presente Contrato será publicado pela CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado – DOE/MA, obedecendo ao disposto no art. 51, § 2º da Lei 13.303/2016, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. Para a realização desta contratação, a MAPA trata, direta ou indiretamente, com esteio no art. 7º, incisos I, II e V, da Lei nº 13.709/2018, alguns dados pessoais dos sócios, administradores representantes legais e/ou dos procuradores de empresas licitantes, tais como nome e documentos de identificação, nacionalidade, profissão, participação societária, informações existentes em contratos ou em estatutos sociais de pessoas jurídicas, endereço físico e/ou eletrônico, estado civil, registro ou inscrição na entidade profissional competente, certidões de caráter público que contenham dados pessoais (como a do microempreendedor individual), eventual informação sobre cônjuge, relações de parentesco, número de telefone fixo e/ou de celular, eventual condenação criminal ou por improbidade administrativa, eventual sanção administrativa em cumprimento perante a Administração Pública, entre outros, indispensáveis ao cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias, bem como necessárias para a execução de procedimentos preliminares relacionados à licitação em si e/ou à própria execução do futuro contrato.

18.2. O tratamento de dados pessoais a que se refere a cláusula antecedente é efetuado com esteio no artigo 7º, incisos II e V, da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), nos arts. 45, 46, 47 e 50 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e nos arts. 38, 51, §2º, 86, caput, da Lei nº 13.303/2016;

18.3. Os dados pessoais poderão ser compartilhados, a qualquer tempo, com órgãos de controle (Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário) na forma do art. 86 da Lei nº 13.303/2016;

18.4. Ao participar desta contratação, o(a) interessado(a) declara inequívoca ciência e concordância com Política de Privacidade de Dados da MAPA;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia em até **15 (quinze) dias após a assinatura do contrato**, no percentual de 3% (três por cento) do valor global contratado, em uma das modalidades a seguir, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, extensão de prazo para apresentação da garantia:

a) Em dinheiro.

b) Seguro garantia.

c) Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil.

19.2. Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à MAPA referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

19.3. Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos após o prazo de validade do contrato.

19.4. Caso ocorra prorrogação do Contrato, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar no ato da assinatura do Termo Aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da MAPA, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

19.5. A Maranhão Parcerias – MAPA poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela CONTRATADA, inclusive multas.

19.6. Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

19.7. A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização e/ou por Empregado designado para esse fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. A execução do objeto é obrigação da empresa contratada e neste caso, é vedada a subcontratação do objeto deste contrato, considerando à particularidade do objeto e as condições para sua execução, por questões relevantes ao fator econômico da necessidade, da segurança pertinente a disponibilidade do objeto, fiscalização e acompanhamento em todo período da vigora do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO

21.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES

22.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CONSULTA AO CADASTRO ESTADUAL DE INADIMPLENTES - SEI

23.1. Os pagamentos referentes a este contrato e aos seus eventuais aditamentos/alterações, a serem feitos em favor da Contratada, ficam condicionados à inexistência de registro da Contratada junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

23.2. Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a Contratante não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO

24.1. O **Setor Demandante** optou por não prevê a Matriz de Riscos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases previstas;

- c) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
- i) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação.

25.2. Em caso de infração administrativa, a MAPA poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 30 do RILC/MAPA:

25.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a MAPA poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

25.2.1.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

25.2.1.2. **Multa**, conforme abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

25.2.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a MAPA**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases previstas;
- c) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
- i) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação.

25.3. As sanções previstas nos subitens 23.2.1.1 e 23.2.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a **Multa**.

25.4. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

25.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RILC/MAPA.

25.6. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela MAPA propor a aplicação das penalidades previstas, mediante **relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição**.

25.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela MAPA.

25.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

25.9. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do contrato.

26.2. As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;

26.3. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos que der causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

São Luís, *data da assinatura eletrônica*.

Representantes:	Testemunhas:
RAFAEL DE CARVALHO BORGES Diretor-Presidente da MAPA CONTRATANTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXXX Testemunha 1
XXXXXXXXXXXXXXXXXX Diretor de Negócios Mobiliários e Serviços CONTRATANTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXXX Testemunha 2
XXXXXXXXXXXXXXXXXX (cargo) CONTRATADA	